

A ESCOLA PRIMÁRIA AO SERVIÇO DO ESTADO NOVO EM PORTUGAL

*Primary school at the service of the Estado Novo (new state) in Portugal*Alberto de Jesus Almeida¹

RESUMO

Este artigo pretende analisar a mudança política operada com a instauração do regime ditatorial de 28 de Maio de 1926, que perduraria meio século. O efeito desta mudança política cedo se fez sentir no ensino e em especial no ensino primário. Reduz-se a escolaridade obrigatória, proíbe-se a coeducação, extinguem-se as associações de professores, afastam-se os professores que não são da confiança do regime, encerram-se as escolas normais, estabelecem-se códigos de conduta, impõem-se juramentos aos professores, institui-se o livro único, controlam-se as bibliotecas, criam-se os postos de ensino, inventa-se a classe de regentes escolares, a criação dos delegados escolares etc. Ao mesmo tempo que se retrocedia a passos largos na via da democratização do ensino iniciada na 1.^a República, instituía-se uma apertada rede de controlo ideológico e a difusão dos novos valores autoritários, quer através dos programas e livros de leitura, quer do próprio sistema instituído.

Palavras-chave: livro-único, centralismo, valores autoritários, censura, opressão.

ABSTRACT

This article aims to analyze the political change operated by the establishment of the dictatorship of 28 Mail in 1926 that would last half a century. The effect of this policy shift was felt early in education and especially in primary education. Reduction of compulsory education, it is forbidden to coeducation, extinguished by the teachers' associations, which deviate from teachers who are not compliant with the regime, will close to normal schools, set up codes of conduct require - the oaths for teachers, establishing the book is unique to control the libraries, it creates the jobs of teaching, invent the class of recent school, the creation of school representatives etc. At the same time as kicking strides towards democratization of education started at 1. Third Republic, is imposing a tight network of ideological control and dissemination of new authoritarian values, and through the programs and reading books, both from the very system.

Key-words: book-single centralized, authoritarian values, censorship, oppression

Governar não seria apenas pôr em ordem a vida económica e financeira do país mas também, e com prioridade, defendê-lo do tráfego e da circulação de ideias que infectassem o nosso organismo social vitaminando-o com doses maciças de mezinhas de inspiração nacionalista e cristã.

(Carvalho, 1996: 753)

Em Portugal a jovem e frágil 1.^a República, é derrubada pelo golpe militar de Gomes da Costa (28 de Maio de 1926), originando um regime ditatorial de direita que perduraria por meio século.

¹ Doutor na Facultad de Educación de la Universidade de Salamanca em 21 de Setembro de 2007, com a classificação de Sobresaliente cum Laúde. Professor do Quadro do Agrupamento Vertical de Escolas de Lamego, a leccionar na Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Arneirós, Freguesia de Vila Nova de Souto d'El Rei, Concelho de Lamego, Distrito de Viseu. E-mail: albertoalmeida21@hotmail.com

Uma das primeiras preocupações da Ditadura Militar é a demolição do ensino primário republicano (5 anos de escolaridade obrigatória mais 3 anos de ensino primário superior). As escolas primárias superiores são extintas logo em 1926 e, quatro anos mais tarde, a frequência escolar torna-se obrigatória apenas para os três primeiros anos. Ao mesmo tempo, recusa-se o princípio da escola única, tendo em conta a vontade de escolher os mais capazes, separando-os logo que possível dos incapazes de ascenderem aos graus superiores de cultura (Nóvoa, 2005: 117).

O Estado Novo representou ainda ele próprio uma tentativa de regeneração, desta vez conduzida pelos distintos sectores da direita antiliberal, que conseguem unir-se contra o liberalismo republicano em torno de um simples, mas eficaz propósito, a ordem, ou seja, o estabelecimento de um Estado forte capaz de conduzir ao ressurgimento nacional.

O colapso do regime republicano, poder-se-á recortar na interferência simultânea de factores externos e internos à sociedade portuguesa. Em primeiro lugar, poderemos encontrar uma forte causa na sua fragilidade ideológica. Divididos em vários partidos, os republicanos, com grandes tensões entre si, obstaculizaram desde a primeira hora a criação de um conjunto de bases programáticas aglutinadoras de um movimento social de apoio.

Em segundo lugar, razões de ordem económica e social poderão estar na base da sua queda. A participação de Portugal na I Guerra de 1914 a 1918, provocou no País grandes problemas económicos que se mantiveram até ao fim da Primeira República, sendo disso exemplo, a desvalorização do escudo, a subida dos preços, o aumento da inflação, a fuga de capitais e o crescente empobrecimento do país. A degradação das condições de vida agudizou o descontentamento das populações, aumentou a agitação social, reforçou o movimento sindical e tornou cada vez mais precárias as forças republicanas. O recrudescimento do movimento grevista, especialmente a partir dos anos 20, teve como efeito imediato uma forte oposição do patronato, que se organizou e reforçou.

Em terceiro lugar, a instabilidade e o desgaste das forças políticas, parlamentares e governamentais, que a constante queda de governos e ministérios originou. A ineficácia e o descrédito parlamentar, cada vez maiores, iam tornando mais desacreditado o regime democrático, isolando o governo, contestado também agora por republicanos de esquerda, sindicalistas e anarquistas. As forças de direita (conservadores e monárquicos) iam ganhando adeptos para a sua causa: a implantação de um regime ditatorial de direita. Nos meios militares, católicos e em certos sectores da sociedade civil, encontraram os conservadores um terreno fertilizável para a sua ideologia. O isolamento do partido que detinha o poder ia aumentando, a restauração de um regime forte e autoritário e a percepção de governos estáveis começou a tornar-se cada vez mais consensual.

No que diz respeito aos factores externos, poderemos destacar o triunfo em França e Inglaterra de forças conservadoras de direita, em Espanha, em 1923, Primo de Rivera impunha uma ditadura militar de direita, em Itália, Mussolini, que chegara ao poder em 1922, como primeiro ministro, constituindo-se em partido em 1921. Quatro anos mais tarde a Itália era governada por um regime totalitário. Na Alemanha, Hitler combatia o liberalismo e o marxismo tornando-se, em 1921, presidente do partido nazi. O nazismo, que sobrevalorizava o poder do Estado e a suposta superioridade da raça ariana, havia-se tornado num grande movimento de massas, quando, em 1923, Hitler assumiu o poder.

Em sentido contrário, a Europa assistia, em 1917, ao êxito da revolução bolchevique, pondo termo ao governo dos Czares, dando-se início à conquista do poder socialista, não parlamentar e de partido único. Nos países com governos de direita ou extrema-direita e de forte implantação religiosa, este facto iria servir como bandeira de propaganda anticomunista, tendo uma influência decisiva e um suporte inabalável na defesa de uma corrente totalitária de direita, antidemocrática e anticomunista. Portugal, como é natural, não fugiria à regra e este mesmo factor serviria de texto e pretexto para a criação do Estado Novo e a sua perpetuação pelos tempos sem fim.

Presumimos que tenham sido estes acontecimentos nacionais e internacionais, de per si ou conjuntamente, que levaram ao golpe militar de 1926, institucionalizando uma ditadura militar de direita e que haveria de ser responsável, em 1933, pela entronização do Estado Novo. Uma ditadura constitucional, autoritária, repressiva, nacionalista e corporativista, com laivos fascizantes, de quase meio século, isto é, quase uma eternidade!...

O Estado Novo de Salazar entrosou um nacional catolicismo ideológico, de cariz tradicionalista, numa ditadura civil, policial e pessoal do chefe do Governo, que, apoiada numa organização social corporativa, e a expensas do operariado industrial e do campesinato rural, serviu os desígnios de uma burguesia nacional débil e dependente (Braga da Cruz, 1982: 794).

Assim, o Estado deveria assumir-se como agente regulador da vida dos cidadãos através de uma estratégia administrativista. Para isso, era necessário formar ou transformar este estado, num Estado suficientemente forte para se impor de qualquer forma a todos os seus cidadãos.

Não há estado forte onde o poder executivo o não é, e o enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo (Coelho, 2000: 261).

Esta imagem de Estado forte só se consolidará perante a sociedade se tiver um Governo estável, coeso e carismático.

O Poder Executivo, exercido pelo Chefe do Estado, com os Ministros nomeados livremente por ele, sem dependências de quaisquer indicações parlamentares, tem por missão governar com o direito; cabe-lhe a obrigação e a responsabilidade de manter a honra e a existência da nação, assegurar a ordem e a tranquilidade públicas, cumprir e fazer cumprir as leis, prover a tudo o que seja indispensável para a conservação e funcionamento do Estado (Salazar, 1930: 81).

Aliás, Marcelo Caetano, um dos ideólogos do regime, reafirmava-o numa conferência, nestes termos:

Enfim, o estado Novo é autoritário: à Nação una corresponde a autoridade una. A autoridade no Estado Novo implica a hierarquia: hierarquia de interesses em função

do interesse nacional, hierarquia dos órgãos em função do Governo. Da hierarquia decorre a disciplina (...) e a obediência ao Estado. (Caetano, 1936: 323).

A par desta imagem de estado forte e da fabricação do funcionário apóstolo, vai impondo-se na sociedade em geral a ideia de obediência cega e surda, por duas vias distintas: defesa da unidade do poder e apelo constante às verdades morais e comparações religiosas. A este nível, poderemos ver o papel que a Igreja Católica teve na inculcação destes valores, difundidos nos manuais de Religião e Moral em vigor nas escolas primárias. No capítulo “Deveres para com a Pátria e para com as Autoridades”, lemos a seguinte passagem:

Jesus amava de tal modo a sua pátria que, um dia, ao pensar nos castigos que viriam sobre ela, não conteve a tristeza e chorou! Além disso, apesar de ser infinitamente superior a todos os reis ou soberanos deste mundo, obedeceu às autoridades da sua pátria e respeitou-as sempre. Como Ele mesmo afirmou, todo o poder das autoridades vem de Deus. Os apóstolos, que nos transmitiram os ensinamentos de Jesus, dizem-nos claramente que devemos respeitar as autoridades legítimas e obedecer-lhes fielmente. Assim, S. Pedro afirma: por amor de deus, obedeci ao Chefe do Estado (Manual, 1965:34-359).

O Portugal do final dos anos vinte e princípios da década de trinta era, no contexto europeu, uma sociedade periférica e dependente, com um peso dominante de uma agricultura pobre e atrasada, abraçando cerca de metade da população activa; o seu sector capitalista era relativamente restrito, possuindo uma indústria assente em sectores tradicionais, de largo peso oficial e artesanal pertencentes à chamada primeira revolução industrial, de pouca exigência profissional e dando trabalho maioritariamente a camponeses analfabetos; e um comércio onde participa com larga influência o capital estrangeiro, centrado essencialmente em Lisboa e Porto, que se apresenta possuidor de poderosos interesses no comércio colonial e no sector de importação exportação, onde aparece associado à banca e às agências e companhias de navegação (Rosas, 1994). O recenseamento de 1930, para uma população maior de 7 anos, apontava uma impressionante taxa de analfabetismo de 61.8%.

Após os tempos conturbados que se seguiram ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, no período de transição designado de Ditadura Nacional (1926-1933), o Estado Novo construiu uma sólida base social de apoio, que está, aliás, na génese da sua extraordinária longevidade, tendo como classe dominante a grande lavoura absentista e restista, aliada aos principais interesses do triângulo banca - comércio internacional - comércio colonial, que se apresentava, todavia, escudada no extraordinário peso social e económico de grupos sociais intermédios.

Importa neste contexto e neste momento perceber como esta 2.^a República utilizou a escola, como agência de controlo e reprodução social e cultural. O efeito da mudança política da 1.^a República para a ditadura a nível da educação é imediato e faz-se sentir em primeiro lugar no Ensino Primário.

No que à administração diz respeito, regressámos a um sistema do mais puro centralismo, manifestado na usurpação de poder aos municípios e aos professores,

centralizando o comando da governação das escolas em pessoas da sua plena confiança e por si nomeadas, evitando desta forma, qualquer fuga na orientação dominante do regime.

Em 1927, pelo Decreto 13 619, é reduzida a escolaridade obrigatória para quatro anos, deixa de ser permitida a coeducação e é instituída a separação dos sexos logo nas escolas primárias. No entanto permanece ainda, em resultado das reformas havidas na 1ª República, a divisão do Ensino Primário em três categorias (infantil, primário elementar e primário complementar).

No entanto, o sistema político agora implantado não valorizava a cultura e defendia a ignorância como factor de felicidade do povo. Rómulo de Carvalho (1996:726-727), traz-nos à colação certas afirmações de alguns ideólogos do regime, atestando o que acabamos de afirmar:

Virgínia de Castro e Almeida, in Carvalho (1996:726): “A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75% de analfabetos. Que vantagens foram buscar à escola? Nenhunas. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esquecem e voltam à enxada”.

Alfredo Pimenta, in Carvalho (1996:727): “[...] ensinar o povo português a ler e a escrever, para tomar conhecimento das doutrinas corrosivas de panfletários sem escrúpulos, ou das facécias malcheirosas que no seu beco escuro vomita todos os dias qualquer garoto da vida airada, ou das mentiras criminosas dos folículos políticos, é inadmissível. Logo concluo: para a péssima educação que possui, e para a natureza da instrução que lhe vão dar, o povo português já sabe de mais [...]”.

João Ameal, in Carvalho (1996:727): “Portugal não necessita de escolas [...] Ensinar a ler é corromper o atavismo da raça”.

Conde de Aurora, in Carvalho (1996:727): “Felizes aqueles que não sabem ler!”

Segundo Filomena Mónica, a mesma posição era partilhada pela igreja: “Os Republicanos orgulhavam-se de ter substituído Deus pelo ABC. O Estado Novo pretendeu, exactamente com o mesmo zelo, repor Deus no lugar do ABC”, (Mónica, 1978:145).

Em oposição à importância que monárquicos, liberais e republicanos lhe conferiram, como factor de renovação de mentalidades, de desenvolvimento, embora também de reprodução, social e cultural, a escola do Estado Novo surge quase só como uma agência de inculcação e doutrinação dos valores do salazarismo, porque, de outro modo, tornar-se-ia perigosa.

Esta defesa da ignorância não era ingénua e estava intrinsecamente ligada a dois postulados que serviriam na perfeição o regime: o funcionário apóstolo e a obediência. O Estado ao chamar a si todas as responsabilidades da sua organização, criando, por um lado, uma centralização administrativa e, por outro lado, inculcando nos cidadãos e na administração a ideia do papel que deveriam ter, impondo um modelo de funcionário apóstolo, servil e obediente.

[...] conhece todas as minúcias do seu trabalho, só pensa no desempenho da sua função, entusiasma-se com a boa ordem e o aperfeiçoamento dos serviços, é progressivos, é zeloso, é exacto, não tem horas de serviço porque são todas, se é

necessário e, sobretudo, tem o espírito de justiça e o amor do povo [...] vive do seu lugar, porque vive para o seu lugar; é respeitado porque se respeita, sente-se digno porque se sabe útil, e mesmo no mais baixo da escala, nos mesteres mais humildes ele pode tocar a perfeição, segundo o pensamento de Junqueiro: pode ser-se sublime a varrer as ruas” (Salazar, 1940:284).

Enquanto se retrocedia a passos largos na via da democratização do ensino iniciada pela 1.^a República, instituía-se uma apertada malha de controlo ideológico e de difusão dos novos valores autoritários, quer através dos programas e livros de leitura, quer através dos regentes escolares. Esta orientação irá ser desenvolvida e consolidada no período seguinte, com a adopção de medidas ainda mais radicais, que a implantação jurídico-constitucional do Estado Novo e a vitória em toda a linha do salazarismo tornavam agora possíveis.

A Constituição de 1933, trouxe a público a política defendida pelo Estado e isentando-o da responsabilidade de garantir o acesso à escolaridade básica e obrigatória, através do seu artigo 42.º, onde se podia ler “[...] a educação e a instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos de ensino oficial ou particulares em colaboração com ela”.

No artigo 43.º, para que ficasse ainda mais explícito, reafirma-se que: “O ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico em escolas particulares e oficiais”.

A escola representava, desta forma, uma agência privilegiada de inculcação dos princípios ideológicos e dos valores morais e sociais da ditadura. O Estado Novo, sem grandes pressas, mas com uma determinação e uma persistência notáveis, utilizou a escola para originar, nos alunos, formas de sentir e de pensar, concordantes com o regime que instituiu.

Em Portugal, o Estado Novo reintroduz uma certa austeridade, talvez se possa mesmo falar de um ascetismo doutrinário, no arranjo material da sala de aula: a modificação do estado de espírito escolar – e é ela que constitui essencialmente a Revolução – exige um novo ambiente (circular de 1935). As ordens são claras: nas paredes, haverá apenas o crucifixo, os retratos do Chefe do Estado e do Sr. Dr. Oliveira Salazar e o quadro preto, devendo ser guardados em móveis próprios os materiais didácticos e os trabalhos dos alunos. A única excepção autorizada é a afixação, onde for possível, de um conjunto de pensamentos educativos aprovados em 1932 (Nóvoa, 2005: 77).

As políticas de educação da primeira fase do Estado Novo apresentam-se com uma enorme coerência face aos propósitos e objectivos desse mundo das coisas pequenas e simples e que constituem a sociedade portuguesa dos anos trinta e quarenta. O Estado Novo vai construir, de forma duradoura, o seu projecto de educação nacional, centrado na afirmação do primado da educação sobre a instrução e, reforçando, até aos limites os mecanismo de inculcação ideológica através do sistema de educação escolar.

A Cantina Escolar

- Gostei tanto de ir hoje à escola, minha mãe! A senhora professora estava muito contente, porque inaugurou uma cantina, onde os meninos pobres podem almoçar de graça. Se visse, Mãezinha! As mesas muito asseadas, os pratos branquinhos, jarras floridas e tudo tão alegre!

A sopa cheirava que era um regalo; e todos nós estávamos satisfeitos, ao ver os pobrezinhas matar a fome.

O filho do carpinteiro, a quem eu às vezes dava da minha merenda, de vez em quando ria-se para nós, como que a dizer:

- Está ótima a sopinha!

Perguntei à senhora professora quem tinha feito tanto bem à nossa escola e ela respondeu-me:

- Foi o Estado Novo, que gosta muito das crianças e para elas tem mandado fazer escolas e cantinas, creches e parques. Mas as famílias que possam também devem ajudar. Não te esqueças de o dizer à tua mãe (Livro 1.ª Classe, 1958: 68).

A escola, em particular a escola primária, é assumida como um instrumento privilegiado de legitimação da nova ordem social e política. No plano da concepção educativa, a anterior metáfora da criança como planta em crescimento, dominante durante a Primeira República, o Estado Novo entende a criança como algo a ser moldada por uma intervenção exterior, para a qual atribui à escola o papel de destaque, para além da família, transformada, na expressão de Salazar, a sagrada oficina das almas.

O mestre não é um burocrata, mas um modelador de almas e de portugueses. Quem, por aberração, o não quiser ser haverá de retirar-se, porque Portugal, tendo decidido voltará escola, já dela não sairá.

Entre magoado e amigo, Salazar dirigiu um dia aos professores, perante a mocidade ansiosa, esta interrogação memorável:

- Onde está a escola, a sagrada oficina das almas?

Fiador da escola, neste limiar do ano XI da revolução Nacional, eu respondo daqui a Salazar:

- A escola vai cumprir o seu dever de formar portugueses!

(C. Pacheco, 1940: 235)

O período que vai desde a implantação da Ditadura e a Reforma de 1933 (no que diz respeito à história da administração das Escolas Primárias), coincide com a história da Inspeção do Ensino Primário, pois tratou-se dum período de reforço dos poderes dos Inspectores Chefes das Regiões Escolares.

Quadro n.º I-11 – Administração das Escolas do Ensino Primário

A Administração da Escola Primária de 1928 a 1933			
Distritais	Região escolar	Inspector Chefe Inspectores Secretaria	- Coordenação e Integração pedagógica e Administrativa; - Controlo dos Professores.
Concelhias	Juntas Escolares Zonas Escolares	- Execução Patrimonial e Administrativa.	

Locais	Director de Escola Conselho Escolar Professores	- Execução Administrativa e Pedagógica; - Concepção, Organização e execução Técnico Pedagógica.
--------	---	--

No que respeita à administração é criada uma pesada máquina que tudo controlava a partir do centro, um modelo claramente burocratizado, extinguindo representações paralelas ou locais, nomeadamente a intervenção das autarquias, sendo estas substituídas por representantes do poder central. Em consonância com estes princípios foi publicado o Decreto n.º 22.369, de 30 de Março de 1933.

Quadro n.º I-12 – Administração das Escolas do Ensino Primário

Reforma do Ensino Infantil e Primário – Decreto n.º 22 369, de 30 de Março de 1933		
Inspecção do Distrito Escolar		- Visitar e inspeccionar as escolas; - Determinar a colocação de Professores Agregados; - Proceder ao funcionamento ou extinção dos cursos nocturnos e de postos de ensino; - Nomear Júris de Exame; - Elaborar as provas escritas de exames; - Superintender nos serviços de higiene escolar; - Cooperar nos serviços de orientação pedagógica e de assistência escolar; - Qualificar anualmente o serviço do pessoal; - Elaborar o relatório anual dos serviços a seu cargo.
Directores de Zonas Escolares		- Visitar os estabelecimentos que lhes estão adstritos; - Prestar à Inspecção todas as informações; - Determinar a organização das classes e turmas; - Organizar os serviços de matrícula; - Requisitar o pessoal docente.
Delegado do Distrito Escolar Secretários de Zona	Nomeados pelo Governo	- Cooperar no recenseamento escolar e estatística; - Organizar os serviços de matrícula; - Requisitar o pessoal docente agregado; - Representar o director escolar junto do município; - Velar pela disciplina do corpo docente; - Processar as folhas de vencimento dos Professores; - Promover a aquisição de mobiliário e material de ensino; - Receber as relações dos alunos para admissão a exames; - Organizar as pautas de exame.
Directores de Escola ou Regentes de Postos de Ensino		- Nomeados pelo Director Geral mediante proposta do Inspector do Distrito Escolar; - Organizar classes e turmas; - Distribuir os serviços escolares; - Requisitar pessoal docente agregado; - Requisitar mobiliário e material de ensino; - Velar pela disciplina do pessoal docente; - Prestar informações à Direcção do Distrito Escolar.

Não precisando de utilizar o sistema escolar para legitimar as desigualdades sociais, consideradas *«inevitáveis e instituídas por Deus»* (Mónica, 1978:133), a escola é entendida como um aparelho de doutrinação, privilegiando duas dimensões principais, o nacionalismo e a doutrina cristã, pois como afirmava Carneiro Pacheco, *«Deus e Pátria andam juntos desde que Portugal nasceu»* (C. Pacheco, 1940:222).

O regime necessitava de um ministro que, não só perfilhasse a ideologia salazarista, como possuísse uma personalidade forte, capaz de criar e impor mecanismos legais para a sua institucionalização. Esse homem existiu e chamava-se Carneiro Pacheco. Entrou para o Governo em 1936 e preparou cuidadosamente um conjunto de medidas que o tornaram um dos principais ideólogos do regime.

O ministro Carneiro Pacheco assumir-se-á neste período como o grande obreiro de uma política educativa que procura conjugar um maior controlo ideológico com uma relativa expansão da rede. Expressões do primeiro serão a adopção do livro único para cada classe da instrução primária (Decreto n.º 1 941, de 11 de Abril de 1936) que, no entanto, só quatro anos depois será de facto aprovado, dada a dificuldade revelada pelos vários autores candidatos em preencherem os requisitos oficiais. O miserabilismo resignadamente aceite, o culto das virtudes da autoridade, da caridade, do trabalho, da obediência e sacrifício, o elogio da vida rural, simples e alegre constituirão os valores nucleares assim difundidos por décadas a fio.

O Lar

Nas noites de Inverno, a família aconchegada junto do lume, sente-se bem, goza o conforto do lar.

Mas o lar não é somente o fogo da lareira; é o carinho, o amor da família.

Quem ama seus pais, seus avós, seus irmãos, todas as pessoas de família; quem é bom para todos, e se esforça pelo cumprimento dos seus deveres merece a felicidade do lar. E Deus cobre-os com as suas bênçãos.

(Livro de Leitura 1.ª Classe, s.d. p:3-4)

Durante todo o ano de 1936 e 1937, Carneiro Pacheco exerceu o seu poder através de organizações, que nós interpretamos como agências de controlo simbólico: a Junta Nacional de Educação, situada no campo de recontextualização oficial e as agências de reprodução deste discurso, dela dependentes – a Obra das Mães pela Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa. Os discursos destas agências continham embebidos, de forma inequívoca e coerente, a ideologia salazarista e os seus agentes e realizações interferiam na Escola, também ela uma agência de controlo simbólico. Carneiro Pacheco extinguiu o Conselho Superior de Instrução Pública, criado e mantido, desde 1844 e substituindo-o pela JNE cujos agentes eram da sua confiança política.

No início do ano, através da Lei n.º 1 941, de 11 de Abril, o ministro estabeleceu, ao longo de catorze bases, as intenções organizacionais, daquilo que viria a ser a política de educação, como reforço do sistema político. Anunciou a remodelação do então Ministério da Instrução Pública e na Bases I dessa lei mudou a designação do seu ministério, para Ministério da Educação Nacional; num propósito que interpretamos, como uma mudança da função da Escola: não apenas instruir, mas educar os jovens, segundo os princípios da ditadura. Nesse documento desenhava-se já a estrutura organizacional do controlo a exercer pelo poder político e daquilo que viria a ser o ideário pedagógico da doutrina salazarista.

O Decreto n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936, que instituiu a Junta Nacional da Educação (JNE), atribuía-lhe um carácter técnico e consultivo. No entanto, tratava-se de uma agência de controlo ideológico, social e cultural, directamente exercido pelo próprio

Ministro e também por outros agentes detentores do poder. Esse controlo realizava-se através dos seus agentes:

a) Os membros que fazem parte da JNE eram livremente nomeados pelo ministro, que também escolhia o seu presidente;

b) A grande maioria dos membros que constituíam as secções da Junta eram seleccionados pessoalmente por Carneiro Pacheco;

c) A primeira secção, intitulada Educação Moral e Física, tinha na sua constituição, o director dos serviços de censura, uma das agências de controlo simbólico do Ministério do Interior.

d) Os seus membros, interferiam directamente através das suas práticas, nos planos curriculares e programáticos dos diversos níveis de ensino.

e) Emitiam pareceres sobre a selecção de manuais escolares;

f) Asseguravam a formação moral e cívica dos jovens;

g) Promoviam o aumento do vigor da raça portuguesa;

h) Patrocinavam o intercâmbio intelectual entre os povos, com a garantia prévia do respeito pelos princípios do Estado Novo;

i) Emitiam pareceres sobre peças de teatro, para exibição pública...

O Decreto terminava no seu art. 57.º com uma indicação para todos os directores de estabelecimentos de ensino, reitores de liceus e das universidades, para promoverem conferências, no dia 28 de Maio de 1936, comemorando, desta forma, os dez anos do golpe militar que instituiu a ditadura militar.

Em 15 de Agosto de 1936, pelo Decreto n.º 26 893 é criada a Obra das Mães pela Educação Nacional. Esta organização de Carneiro Pacheco, pretendia:

1 – Promover o embelezamento da vida rural, que Salazar fomentaria ao longo do regime através do ensino primário;

2 – Defender os bons costumes relativamente ao vestuário e às diversões;

3 – Cooperar com o professor na educação moral e cívica dos alunos;

4 – Organizar a secção feminina da mocidade portuguesa;

5 – Contribuir para a realização plena da educação nacionalista...

Através da nomeação, por Salazar, da Junta Central por proposta do ministro Carneiro Pacheco, o poder e o controlo estavam garantidos. Além dos fundos próprios, resultantes do pagamento de cotas, era também directamente subsidiada pelo Ministério da Educação Nacional, que desta forma garantia através da via económica o seu poder político e administrativo.

Não se fica por aqui, o controlo simbólico por parte de Carneiro Pacheco, nesta sua ânsia de nada deixar ao acaso: assim, pelo Decreto n.º 27 301, de 4 de Dezembro de 1936, é criada a Mocidade Portuguesa e um ano mais tarde pelo Decreto n.º 28 262, de 8 de Dezembro de 1937, cria a Mocidade Portuguesa Feminina.

A Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina eram organizações bem hierarquizadas, por idades e posto, entre dirigentes e graduados, esta estratificação hierárquica desenvolvia relações de poder e de controlo, de mando e de obediência, entre as seguintes formações: quinas, castelos, bandeiras e falanges. Cada formação era chefiada por chefes ou comandantes. A Mocidade Portuguesa era também uma agência paramilitar,

criada com base na recontextualização dos princípios que nortearam a formação da juventude fascista italiana e nazi alemã.

No cimo da hierarquia posicionava-se o ministro, afirmando ser a MP uma escola de formação de chefes; este exercia o seu poder e controlo, através de sujeitos da sua confiança. Os discursos reguladores destas duas agências, realizados através dos regulamentos organizacionais, eram discursos que transmitiam de uma forma cuidada e coerente, os princípios dominantes do salazarismo.

Os rituais de consenso, que se consubstanciam através de um conjunto de actos ritualizados, têm como finalidade unir os sujeitos, como membros de uma comunidade, em volta de valores que vivem, partilham e interiorizam, em conjunto. Estes rituais, relacionavam os valores e as normas da MP, com os valores do salazarismo:

a) Bandeira própria, a de D. João I, e um patrono, em cada ala, que seria uma varão ilustre para a MP e uma mulher de grandes virtudes morais, para a MPF;

b) Emblema único, de uso obrigatório, para os jovens das duas organizações e quatro distintivos diferentes, em função do nível hierárquico que cada sujeito ocupava, dentro da respectiva agência;

c) Uniforme completo, rigorosamente definido e diferenciados de acordo com o posicionamento de cada sujeito, na hierarquia da organização;

d) Hino próprio;

e) Prémio e condecorações pelos serviços prestados, punições pela indisciplina ou desrespeito a leis ou a ordens superiores;

f) Dia específico para comemorações próprias, o 1.º de Dezembro.

Os rituais de diferenciação conduzem à formação de grupos dentro de cada agência. Estes grupos reforçam-se internamente através dos seus comportamentos, mas tendem a demarcar-se de outros grupos.

A título meramente de curiosidade, passamos a transcrever um horário para as actividades da Mocidade Portuguesa, de acordo com a circular n.º 369, de 2 de Março de 1956, da Direcção Geral do Ensino Primário:

1.º Período – Às 9 horas – reunião de todos os filiados do Centro, formatura das quinias e castelos. Verificação de faltas.

Das 9,10 às 9,15 – Canto da marcha da M.P.;

Das 9,15 às 9,30 – Formações e evoluções;

Das 9,30 às 9,45 – Jogos educativos;

Das 10 às 10,15 – Noções elementares de higiene ou contos históricos;

Das 10,15 às 10,35 – Canto Coral;

Das 10,35 às 10,45 – Exaltação patriótica dos fins da M.P.;

Das 11 às 11,15 – Conhecimento muito simples de orientação;

Das 11,15 às 11,35 – Jogos Educativos;

Das 11,35 às 11,45 – Reunião de todos os filiados;

Canto do Hino nacional; Fim da instrução.

Esta organização fundamentou-se na organização da juventude hitleriana. Através da criação destes organismos, dos seus discursos, dos sujeitos que as integravam, das suas realizações e rituais, era exercido o poder político e mantida e reproduzida a ordem social.

As práticas de doutrinação manifestam-se desde os primórdios do Estado Novo, tanto na obrigatoriedade de afixar pensamentos nas escolas e nos livros escolares, como na imposição do livro único, na organização física do espaço, na escolha do material didático e na atenção ao ambiente educativo. Mas o regime não confunde intencionalidade com eficácia e conhece bem os limites de uma acção estritamente escolar (Nóvoa, 2005: 115).

A reforma de Carneiro Pacheco de 1936 vai marcar o sistema escolar português durante largos anos. Ela representa a realização, entre outros, de um objectivo há muito enunciado. Reduzir a escola primária ao “[...] ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal”, libertando-a de um “[...] estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança”, (Preâmbulo da Portaria n.º 9 015 de 11 de Junho de 1938).

Enquanto se vão estreitando cada vez mais os horizontes da escola, começa a processar-se o afastamento dos professores que revelavam não ser de confiança do regime.

O professor vigoroso e ardente que surgira com a República acabou por se integrar progressivamente na massa obediente da burocracia, aceitando resignado os acontecimentos... Por mais nobre que fossem as suas funções, ou intenções, converteu-se num modesto funcionário, grato pela oportunidade de ganhar o seu pão e abstendo-se de formular reivindicações: o seu objectivo resumia-se em manter um cargo para o qual a modéstia e a humildade faziam parte da competência requerida (Mónica, 1978: 188).

A política do nivelar por baixo em que assentou a estratégia de expansão da escolaridade primária teve uma outra componente, respeitante aos professores e que consistiu numa acentuada desprofissionalização do professorado e na desvalorização do seu estatuto profissional.

O Estado Novo consegue articular, durante algum tempo, dois princípios aparentemente contraditórios: por uma lado, a desvalorização do estatuto dos professores, bem patente na degradação do seu nível salarial, na proibição das associações, na desqualificação das instituições de formação e na nomeação das regentes escolares, por outro lado, a necessidade de assegurar o prestígio da função docente, com os professores primários a desempenharem um importante papel junto das comunidades locais e os professores técnicos e liceais a assumirem-se como figuras de referência nas principais vilas e cidade do país. A conciliação destes princípios só é possível graças à reconstrução do magistério mais como missão do que como profissão. O reforço da carga simbólica da acção docente permite compensar, por algum tempo, as perdas no plano estritamente profissional (Nóvoa, 2005: 93).

As medidas adoptadas foram múltiplas e incluíram a ilegalização e proibição de todas as organizações sindicais, associativas e mutualistas do professorado (Decreto n.º 23 048, de 23 de Setembro), a diminuição dos vencimentos dos professores do ensino primário, as sucessivas reduções nos planos de estudos das escolas de formação, que culminaram com a suspensão das matrículas nas Escolas do Magistério Primário, entre 1936 e 1942

(Decreto-Lei n.º 27 279, de 24 de Novembro de 1936) e, em particular, em consequência da criação dos postos de ensino, o recrutamento dos Regentes Escolares (Decreto n.º 20 604, de 30 de Novembro de 1931), pessoal docente nomeado livremente pelo Ministério de entre as pessoas com idoneidade e com conhecimentos que se situavam ao nível do 2.º grau do ensino primário. Ao regente escolar é atribuída apenas uma gratificação mensal e não propriamente um vencimento.

Para se ser regente escolar bastava ter “[...] idoneidade moral e intelectual... De maneira geral, os regentes não passavam de indivíduos pobres e semi-analfabetos, incapazes de encontrar outro emprego não manual, que haviam conseguido graças às suas boas maneiras, carácter submisso e prendas semelhantes, levar o padre ou uma figura influente da terra a interessar-se pela sua sorte (Mónica, 1978:208).

Em 1934-35 exercem funções 740 regentes e devido ao seu “eficiente desempenho”, da missão que lhes tinha sido incumbida, aumenta-se o seu número, chegando mesmo a atingir um total de 7 000 profissionais na década de sessenta.

“Dóceis, baratas e politicamente conservadoras” as regentes, na sua maioria mulheres, “[...] tinham as qualificações ideais para educar os filhos dos pobres” (Ibidem: 209).

Esta medida será no entanto alvo de forte contestação por parte dos meios republicanos e do professorado primário, que se vê assim desprezado na sua dignidade profissional, claramente atingida: “Indivíduos que não conseguiam ser alfaiates, sapateiros, albardeiros - profissões que requeriam uma preparação específica - podiam ver-se de súbito transformados em professores primários, como se isso de ensinar crianças pudesse ser tarefa de ignorantes” (Ibidem: 219).

O Governo, esse, resolvia com esta medida dois problemas ao mesmo tempo: por um lado, poupava nas despesas e, por outro, reduzia a influência ideológica daqueles a quem um dia lhes chamaram “o camarada primário”, substituídos por agentes de confiança. Pouco tempo depois baixam os próprios ordenados dos professores para um nível inferior ao terceiro oficial, como consequência natural de uma tal política.

Nos livros aprovados oficialmente surge um conjunto de máximas publicadas em anexo ao Decreto n.º 21 014, de 19 de Março de 1932, tais como as seguintes:

Obedece e saberás mandar; Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o Mestre; no Estado, o chefe é o Governo; No barulho ninguém se entende; é por isso que na Revolução ninguém se respeita. A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios. A vontade de obedecer, única escola para aprender a mandar. Sem autoridade é impossível uma organização social perfeita. Essa autoridade é a base ordem. Mas a ordem tem origem no cumprimento das leis. Portanto, um povo que se submete à lei deseja a ordem, sem o qual não há trabalho útil e portanto vida própria.

Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias de obedecer toda a vida. (Coelho, 2000:262)

Respeitai as autoridades

O pai é a autoridade na família. Os filhos são obrigados a ter-lhe amor, respeito e obediência.

O professor é a autoridade na escola. Todos os meninos devem obedecer às suas ordens e estar com atenção às suas lições.

É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades (Livro da 1.^a Classe, 1958: 75)

Em todos os graus de ensino a metodologia preconizada era expositiva, a disciplina rígida, os programas cuidadosamente organizados. Escolhiam-se as canções, os textos dos livros de leitura, os problemas de aritmética e geometria.

Atente-se ao modo como, de uma forma não explícita, se estimula a obediência, e se limita a criatividade, indicando exactamente a cor com que se devem pintar as figuras e limitando o espaço reservado às repostas.

As relações entre professor e aluno caracterizavam-se, como é natural, pelo autoritarismo. Ao professor cabia o papel de sujeito activo, ao aluno o de objecto passivo... Inteiramente dependentes do professor, socializados a obedecerem, a curvarem-se, a lisonjarem, a solicitarem, a submeterem-se, as crianças, ao atingirem a idade adulta, mais facilmente se converteriam nos indivíduos humildes e respeitosos que o Estado Novo pretendia criar (Mónica, 1978: 311).

Na expressão de Filomena Mónica, com o Salazarismo o professor é transformado em «sacerdote» do nacionalismo, reconduzido, como ficava à “[...] condição de apóstolo dos rumos novos e da eternidade da nossa pátria” (Mónica, 1978:175-176). Para tanto, exigia-se apenas que mantivesse a disciplina, ensinasse a boa moral e, em certas ocasiões ajudasse o Estado Novo (Ibidem:177). A aprendizagem restringia-se apenas a saber ler, escrever e contar.

Impondo a tríade “Deus, Pátria, Família”, o Estado Novo activava medidas de teor centralizador e de feição variavelmente repressiva. Concretizavam-se essas medidas pela redução do papel dos professores na configuração do sistema de ensino, pela interdição da sua organização em sindicatos, pelo accionamento de apertados mecanismos de inspecção, etc.. Por sua vez, os manuais de História de Portugal veiculavam uma imagem nacionalista dos eventos e figuras históricas, não raro apresentados como heróis e santos: as figuras de D. Afonso Henriques e de Nuno Álvares Pereira são, a este propósito, paradigmáticas.

Do mesmo modo, nos livros de texto de Português fazia-se a apologia da mulher como figura marcadamente doméstica, da família como núcleo da vida social, dos méritos da pobreza e da humildade e da saudável simplicidade da vida rural.

Não podendo satisfazer os que gostariam de fechar as escolas às crianças originárias das classes mais populares, abrindo-se apenas aos filhos de uma burguesia bem comportada, o regime de Salazar procurou estender a escola a todos. Porém, uma escola reduzida no tempo de ensino e nos currículos e ampliada na acção doutrinária, católica e política.

A estratégia de expansão da escolarização adoptada pelo Estado Novo teve também no plano das construções escolares uma inflexão significativa relativamente às práticas anteriores da Primeira República. Na expressão peculiar do referido decreto 27 279, a educação popular só se podia resolver através da difusão dos postos escolares, essa “[...]”

escola aconchegada da terra pequenina, onde outra maior se tornaria desproporcionada, ao mesmo tempo que, pelo desperdício, inimiga da restante terra portuguesa” (Sampaio, 1976:40). De facto, o crescimento do parque escolar, entre meados da década de trinta e meados da década de quarenta, assentou prioritariamente na construção dos postos escolares.

Com o fim da II Guerra Mundial a Europa, que tinha participado na guerra, entrou numa era de grande renovação e de reconstrução política, económica e social. Todos os países que nela participaram dedicaram-se ao importante e criativo trabalho de fazer ressurgir uma nova Europa com o perfil necessário para empreender a subida de nível do cidadão comum.

Uma das principais áreas a rever era a da educação, por ser um dos pilares a ter em conta em países que pretendiam criar elites decisoras de provocar investimentos, mobilização, poder e desenvolvimento.

Em meados do século XX, as estatísticas da Unesco referem uma percentagem de analfabetos de mais de 40% e uma taxa de escolarização da população infantil de 45%, o que situa Portugal no último lugar europeu, a larga distância dos restantes países. Os números incomodam, no plano interno e externo, funcionando como um estigma que persegue o salazarismo. Depois de uma primeira fase fortemente doutrinária, o regime descobre a necessidade de investir no desenvolvimento cultural e intelectual da nação (Nóvoa, 2005: 113).

Embora Portugal não tivesse entrado directamente neste conflito, sentiu, logo no início da década de 50, que já não bastava saber ler, escrever e contar, o que na prática significava ser pouco mais que analfabeto. Assim,urgia a preparação do homem novo capaz de perceber o que se estava a passar no resto da Europa. Portugal não podia, até pela sua posição geo-estratégica, fugir ao fascínio deste desafio europeu.

O Plano de Educação Popular, lançado em 1952, é o sinal mais claro desta mudança. Eis o que se escreve na brochura de apresentação: Já há mais de cem anos um economista inglês demonstrava que o nível económico de um povo está dependente do seu nível intelectual não passando de uma mentira a economia política que se preocupa apenas com capital e trabalho, oferta e procura, juros e rendas, balança comercial favorável ou desfavorável, esquecendo o elemento basilar da generalização do ensino e o desenvolvimento cultural de um país (Nóvoa, 2005: 113).

É nesta conjuntura europeia que surge Leite Pinto, Ministro de Salazar desde 7 de Julho de 1955, disposto a acompanhar os movimentos desenvolvimentistas. Com Leite Pinto passa a haver dois Liceus Normais, um em Lisboa e outro em Coimbra (Decreto-Lei n.º 40800, Outubro de 1956); o ensino primário torna-se obrigatório de 4 anos para os rapazes e 3 anos para as raparigas (Decreto-Lei n.º 41978, de Novembro de 1956); defende o alargamento da escolaridade e prepara o ciclo preparatório em 1959 e pelo Decreto-Lei n.º 42994 de Maio de 1960, a escolaridade obrigatória passa a ser de 4 anos para ambos os sexos.

Os responsáveis políticos desdobram-se em declarações neste sentido, manifestando a urgência de sair do atraso em que nos encontramos. Veiga de Macedo afirma, em 1953, que a existência de 3 milhões de analfabetos tem de impressionar muito especialmente - melhor diria, alarmar - os homens de negócios, desde que estes, movidos ao menos por razões de ordem material (já não falo noutras), estejam na disposição de defender os seus próprios interesses, concluindo: temos de nos convencer, de uma vez para sempre, de que o rendimento nacional está, em larga medida, dependente do nível cultural do povo.

O ministro Leite Pinto, nomeado em 1955, leva este discurso ainda mais longe, declarando a cada passo que é necessário traçar um Plano de Fomento Cultural, sem o qual não tem significado nem eficiência um Plano de Fomento Económico: A citação consta de um ofício que assina em 1959 e que vai dar origem ao Projecto Regional do Mediterrâneo. No âmbito deste Projecto - que inclui Portugal, Espanha, Grécia, Itália, Jugoslávia e Turquia produzem-se dois relatórios que definem uma matriz que perdurará praticamente até aos dias de hoje. O planeamento educativo e o investimento em recursos humanos passam a ser o eixo estruturante dos discursos e das políticas educativas em Portugal (Nóvoa, 2005: 113).

Com a saída de Salazar do Governo, encerra-se um ciclo histórico para uns e trágico para outros, da vida nacional. Sobe ao poder, como Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, que irá fechar em definitivo as portas da 2.^a República. Nomeia para Ministro da Educação José Hermano Saraiva. Da sua actividade há a reter dois aspectos: a proposta de lei de reforma do ensino e a grande repressão sobre o movimento estudantil. Hermano Saraiva manteve-se pouco tempo à frente do ministério (Agosto de 1968 a Janeiro de 1970), num período marcado por uma persistente e prolongada crise universitária, coincidindo, no plano político geral, com o desenvolvimento do processo de abertura, conhecido como primavera marcelista.

O afastamento de Hermano Saraiva poder-se-á dever, em primeiro lugar, à intenção do novo Presidente do Conselho de eleger a educação como o sector emblemático da evolução, papel que não estava em condições de representar, envolvido que foi, desde o início do seu mandato, na crise universitária de 1968 e depois na crise académica de 1969 e subsequentes medidas repressivas adoptadas contra a Universidade de Coimbra, que culminaram no seu encerramento, na militarização da cidade, na destituição dos dirigentes da Associação Académica de Coimbra e na instauração de processos crime contra estudantes, que viriam a culminar em prisões e em incorporações militares compulsivas.

Embora estes factos sejam aqueles que publicamente mais são descritos para o afastamento de Hermano Saraiva, presume-se que este se deveu igualmente a discordâncias entre ele próprio e Marcelo Caetano sobre as prioridades para a educação. Enquanto Saraiva relativizava a importância dos problemas da universidade e questionava o estatuto de prioridade que lhe era atribuído na opinião pública e na classe política dirigente, Caetano considerava que a universidade deveria constituir o centro principal das atenções da acção governativa.

Sucede-lhe na pasta da educação, Veiga Simão.

No discurso de posse como Ministro da Educação Nacional, em Janeiro de 1970, Veiga Simão explicitava as orientações fundamentais que iriam caracterizar o seu discurso político.

A educação é o problema cimeiro, a alma motora, o meio consciencializante, por excelência, desse espírito revolucionário. Na verdade, ele procura, na sua plena democratização, uma estrutura criadora e dinamizante, em que se apoie uma sociedade mais justa e mais perfeita.

A educação é o veículo poderoso e essencial que torna possível à vida humana ser digna de ser vivida, facilitando todo um processo de justiça social, inerente a qualquer fórmula de melhoria da condição do homem.

Educar todos os portugueses, onde quer que se encontrem, na aldeia escondida ou na cidade industrializada, na savana seca e ignota ou na lezíria verdejante, é princípio sagrado de valor absoluto e de transcendente importância à escola nacional (Simão, 1973: 12).

O professor Veiga Simão era um profundo conhecedor do sistema educativo português e tinha como tarefa negociar e propor uma profunda e moderna reforma da educação em Portugal, como aliás veio a acontecer com a Lei n.º 5/73, de 25 de Julho. Dos seus aspectos inovadores destacamos: a institucionalização da educação pré-escolar, cabendo ao Ministério da Educação a responsabilidade de promover e intensificar a formação de Educadores de Infância; a extensão da escolaridade obrigatória de seis para oito anos assim distribuídos: quatro anos de ensino primário e os restantes quatro de ensino preparatório e a exigência de frequência até aos 14 anos; modificações no ensino secundário, acrescentando um ano à sua duração; a criação de cursos de pós-graduação e a estruturação da educação permanente.

Uma das principais apostas de Veiga Simão consistia no alargamento da escolaridade obrigatória para 8 anos, acompanhando, com um certo atraso, as tendências verificadas em diversos países europeus e, muito em particular em Espanha. Na Lei 5/73, a escolaridade obrigatória realizava-se através de um ensino básico, dividido em dois ciclos, o ensino primário e o ensino preparatório, ambos com quatro anos de duração, cumprindo todos os alunos o mesmo plano de estudos, o que significava o alongamento do tronco comum de escolaridade por mais dois anos, passando a abranger também o grupo etário dos 13-14 anos.

Veiga Simão inicia um trabalho vigoroso e persistente introduzindo-lhe desde logo o importante princípio democrático da descentralização. A isso se referiu quando escreveu que “[...] uma acção de tão grande envergadura não se improvisa nem pode ser realizada por um só homem ou por um pequeno grupo de pessoas mesmo quando bem informadas sobre a situação nacional e sobre as tendências e métodos utilizados internacionalmente no desenvolvimento da acção educativa” (Simão, 1973:33-39).

De acordo com este princípio, constitui equipas diferenciadas da qual resultou o documento “A Educação Nacional – Bases Fundamentais”, colocando-o em discussão por todos os intervenientes do sistema educativo. Assim, foi possível ao ministério elaborar dois textos fundamentais: a) O Projecto do Sistema Escolar Português, que apresenta a estrutura de um novo sistema escolar que serviria para a reestruturação do ensino em Portugal; b) As linhas gerais da reforma do Ensino Superior.

São de Veiga Simão expressões como esta: “[...] uma nação que não valoriza devidamente a inteligência está condenada»; um povo mais culto é sempre um povo mais

livre»; multiplicar escolas é afinal dar de comer e beber aquilo que de mais sagrado tem o homem: a cultura...» o factor em relevo em todos os princípios por si enunciados é sempre o homem, a cultura, a liberdade e a democracia.

A actividade desenvolvida por Veiga Simão não foi de aceitação pacífica. Uns, elogiaram a reforma como garante de uma democratização da sociedade e a possibilidade de, no futuro, poder conduzir a uma participação de todos os cidadãos na vida nacional. E outros, continuando com o pavor da educação de todos e para todos, da cultura que chega a todas as casas, rejeitaram in limine e tudo fizeram para a obstaculizar.

A reforma de Veiga Simão teve um contributo fundamental no domínio da acção social escolar. Criou o Instituto de Acção Escolar (IASE), cujos objectivos estavam muito bem definidos: 1.º - Não haver escolas sem cantinas, substituir a sopa tradicional por leite e outra alimentação racional; 2.º - Conceder bolsas e subsídios àqueles que o necessitem para prosseguir estudos; 3.º - Intensificar a construção de lares para estudantes e residências para professores, nomeadamente em regiões para as quais a natureza foi menos pródiga.

Não poderíamos fechar este ciclo sem aqui trazer uma pergunta pertinente de Rómulo de Carvalho (1996:812): “[...] estaria o ministro convencido, como nos conduz a pensar, de que seria possível transformar a sociedade portuguesa, por via do ensino, mantendo essa mesma sociedade agrilhoadada por um conjunto de limitações que o Estado então vigente de modo nenhum dispensava?”

A reforma educativa protagonizada por Veiga Simão poderia corresponder, nos seus traços gerais, à estratégia inicial de Marcelo Caetano que ele definia e projectava em duas etapas subsequentes: primeiro o desenvolvimento e depois a democracia, cujo conceito nesta dimensão e integrado neste regime, desconhecemos e de todo discordamos. Apresentada como a face mais visível da vontade de renovação do regime, a reforma, na sua expressão jurídico-política materializada na Lei n.º 5/73, acaba por ser aprovada num contexto em que o marcelismo caminhava para o seu total isolamento.

A reforma Veiga Simão, representou um período de mobilização de vontades e de predisposições que colocou a educação no centro dos debates sobre o desenvolvimento e modernização do país. Mas significou também, até pelos seus limites e contradições, o tornar bem visível para a sociedade portuguesa, o completo esgotamento da forma política organizativa do Estado Novo. E volvidas mais de quatro décadas, significava também que havia contradições insanáveis e que o branqueamento de algumas reformas não curavam e não limpavam o regime. A democracia é do todo e não de partes da sociedade: não podemos propagandear a democratização do ensino e, viver, conviver e aceitar a continuidade de um regime que subsiste com a opressão, a censura, a miséria e o isolacionismo.

Um relance sobre o Estado Novo revela que a preocupação doutrinária prevaleceu, muitas vezes, sobre a formação especificamente escolar. E que o debate sobre a educação familiar travou-se demasiadas vezes em torno de uma repartição de tarefas e de missões entre diferentes instituições: o Estado, a Igreja, a Família. Como se houvesse um excesso de presenças?! - quando foi sempre outro o nosso drama: um

excesso de ausências. Historicamente, foi frágil a intervenção do Estado no campo educativo, mas foi frágil também a acção das famílias, e das igrejas, e das associações, e das autoridades locais, e das empresas, e da iniciativa particular, e... (Nóvoa, 2005: 115)

Bibliografia

- BRAGA da CRUZ, M., (1982), *Notas para uma caracterização política do Salazarismo – Análise Social*, 72-73-74 (XVIII), pp.773-794;
- CARVALHO, Rómulo de, (1996), *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;
- CAETANO, Marcelo, (1981), *História do Direito Português*, Lisboa, Editorial Verbo;
- CAETANO, Marcelo, (1988), *O municipalismo em Portugal*, pp. 156-158, in Poder Local Antologia, Lisboa, Mosaico Editores L.da;
- CARNEIRO PACHECO, A., (1940), *Portugal Renovado – Discursos*, Lisboa, Edição da União Nacional;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, (2005), *No palco e nos bastidores do poder local*, 49-74, in O Poder local em tempo de globalização, Coimbra, CEFA, Imprensa da Universidade;
- MÓNICA, Maria Filomena, (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista, 1926-1939)*, Lisboa, Editorial Presença;
- NÓVOA, António, (2005), *Evidentemente – Histórias da Educação*, Porto, Edições ASA;
- ROSAS, Fernando, (1992), *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença;
- ROSAS, F., BRITO, J. M. B. (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2. Vols., Lisboa, Círculo de Leitores;
- SALAZAR, Oliveira, (1988), *O Município no Séc. XIX*, pp.150-152, in Poder Local Antologia, Lisboa, Mosaico Editores L.da;
- SIMÃO, José Veiga (1973), *Educação... Caminhos de Liberdade*, Lisboa, Publicações.

Recebido em agosto de 2010
Aprovado em novembro de 2010